

HABEAS CORPUS Nº 537.620 - SP (2019/0298979-0)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : LUCAS HENRIQUE BEPPU
ADVOGADO : LUCAS HENRIQUE BEPPU (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) -
SP421451
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ITAMAR MARIA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **ITAMAR MARIA DA SILVA**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Consta dos autos que o d. Juízo Vara de Execuções reconheceu a prática, pela paciente, de falta disciplinar de natureza grave, ocorrida em 3/1/2019, em razão do descumprimento das regras do monitoramento eletrônico - saída temporária, determinando a sua regressão ao regime fechado, a perda de 1/3 (um terço) dos dias remidos, bem como o reinício da contagem do prazo para fins de nova progressão de regime (fls. 79-80).

Irresignada, a Defesa interpôs agravo em execução perante o eg. Tribunal de origem, que negou provimento ao recurso conforme v. acórdão de fls. 125-131.

No presente **writ**, sustenta, em suma, atipicidade da conduta perpetrada pela paciente, desproporcionalidade da regressão de regime, bem como fundamentação inidônea para a determinação da perda de 1/3 (um terço) dos dias remidos.

Aduz que *"o comportamento irrogado ao paciente não se subsume a qualquer das faltas graves previstas nos arts. 50 a 52 da Lei de Execução Penal. O que se encontra, no rol dos arts. 50 a 52 da Lei n.º 7.210/84, é a tipificação da inobservância das condições do regime aberto (art. 50, V) e o descumprimento ou o retardo do cumprimento da pena restritiva de direitos*

(art. 51, I) como infrações disciplinares de natureza grave e não a inobservância das condições da saída temporária" (fl. 7).

Defende que "o fato da violação disciplinar ser taxada de 'falta grave' é insuficiente a caracterizar a regressão no caso em apreço. Ao fazê-lo, viola-se o princípio da proporcionalidade, eis que a conduta não se equipara à sanção pretendida" (fl. 11).

Alega que "ao apontar a natureza grave da infração disciplinar imputada como critério da quantificação da perda do período remido, o d. Juízo da execução penal incorreu, permissa maxima venia, em bis in idem, haja vista que a natureza grave da falta disciplinar já foi considerada para a incidência da própria penalidade de perda de parcela do tempo remido, nos termos do art. 127 da Lei de Execução Penal, com nova redação dada pela Lei n.º 12.433/11" (fl. 12).

Ao final, requer a concessão da ordem, inclusive liminarmente, "para anular o acórdão atacado e conceder ao Paciente o afastamento da falta grave aplicada, restabelecendo-se o regime semiaberto; e/ou determinar que a perda dos dias remidos se dê no mínimo legal de 1 (um) dia" (fl. 14).

O pedido liminar foi **indeferido** às fls. 138-140.

Informações prestadas às fls. 146-149 e 154-162.

O Ministério Público Federal, às fls. 164-170, manifestou-se pelo não conhecimento do **writ**, mas pela concessão da ordem, em parecer com a seguinte ementa:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. INADEQUAÇÃO DA VIA. EXECUÇÃO PENAL. PRÁTICA DE FALTA DISCIPLINAR. FALTA GRAVE. DESPROPORCIONALIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. CONCESSÃO DA ORDEM.

1. *É pacífica a jurisprudência no sentido de que não deve ser conhecido o habeas corpus impetrado como substitutivo de recurso, cabendo, porém, a verificação da existência de flagrante ilegalidade que justifique a concessão da ordem de ofício.*

2. *A paciente, durante saída temporária,*

retornou ao endereço determinado em termo de compromisso após o horário permitido.

3. *Tal conduta não se encontra prevista no rol taxativo do art. 50, da Lei de Execução Penal, não podendo configurar falta grave.*

4. *As sanções pela prática de falta grave são bastante severas, não sendo razoável que o apenado suporte punições dessa natureza por uma conduta de gravidade diminuta, qual seja, mero atraso no retorno ao endereço determinado.*

5. *Parecer pelo não conhecimento do habeas corpus, mas pela concessão da ordem, de ofício, para não reconhecer a prática de falta grave por parte da paciente, quanto à conduta em questão."*

É o relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para a proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. Desta forma, incabível o presente **mandamus**, porquanto substitutivo de recurso especial.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, no entanto, passa-se ao exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Quanto ao reconhecimento da falta grave, para melhor delimitar a **quaestio**, transcrevo os seguintes trechos do v. acórdão impugnado (fls. 128-129):

"Arredada a preliminar, adentra-se ao exame do mérito recursal.

A sentenciada cumpria, na Penitenciária Feminina de Tupi Paulista, em regime semiaberto, a sanção privativa de liberdade que lhe foi

imposta quando, em 03.01.2019, descumpriu as regras da saída temporária, ao não permanecer no endereço declinado, após às 18 horas (fls. 07).

A agravante admitiu o fato, alegando distração (fls. 40).

Por sua vez, os agentes de segurança ouvidos - Edvaldo Morelli e Noel Teixeira Júnior confirmaram o relato constante da comunicação de evento (fls. 37/38).

Nos termos dos artigos 50, inciso VI, c.c. o 39, incisos II e V, da Lei de Execução Penal, tais ações desobediência, indisciplina são consideradas como falta grave.

Anote-se que a sentenciada assinou termo de compromisso da saída temporária, tendo ciência de que o descumprimento das condições acarreta sanção disciplinar prevista em lei (fls. 21).

Dessarte, uma vez esclarecido o acerto no reconhecimento da infração disciplinar regularmente apurada em procedimento administrativo próprio (Processo Disciplinar 14/19) não há falar em afastamento da nota da falta grave e, portanto, em desclassificação."

A fundamentação apresentada no v. acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, no sentido de que o submetido a monitoramento eletrônico deve observar as condições e limites estabelecidos para o seu deslocamento.

Ao violar a zona de inclusão de monitoramento o paciente desrespeitou as condições impostas à concessão da benesse, o que configura a falta grave do **art. 50, VI, c.c. o art. 39, V, ambos da Lei de Execução Penal**:

"Art. 39. Constituem deveres do condenado: [...]

V - execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas; [...]

Art. 50. Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que: [...]

VI - inobservar os deveres previstos nos incisos II e V, do artigo 39, desta Lei."

Nesse sentido: *"nos termos do art. 146-C, I, da LEP, o apenado submetido a monitoramento eletrônico tem que observar as condições e limites estabelecidos para deslocamento. Ao violar a zona de monitoramento e romper a tornozeleira, o apenado desrespeitou ordem recebida, o que configura a falta grave tipificada no art. 50, VI, c/c o art. 39, V, ambos da LEP, nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior. Precedentes"* (HC n. 438.756/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe de 11/06/2018).

Mais precedentes desta eg. Quinta Turma:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. PRISÃO DOMICILIAR. MONITORAMENTO ELETRÔNICO. VIOLAÇÃO DA ZONA DE VIGILÂNCIA. FALTA GRAVE. REGRESSÃO DE REGIME. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE E PERDA DOS DIAS REMIDOS. CONSECUTÓRIOS LEGAIS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

2. Comete falta grave o apenado que viola a zona de monitoramento eletrônico. Precedente.

[...]

Habeas corpus não conhecido" (HC n. 462.719/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe de 24/10/2018).

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. INDEFERIMENTO. AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DO REQUISITO SUBJETIVO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

[...]

3. Ademais, "Comete falta grave o apenado que viola a zona de monitoramento eletrônico" (HC 462.719/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 9/10/2018, DJe 24/10/2018).

4. Agravo regimental não provido" (AgRg no HC n. 474.327/TO, Quinta Turma, Rel. Min. Ribeiro Dantas, DJe de 19/03/2019).

Ademais, no que concerne à alegação de que a regressão de regime não é corolário obrigatório do reconhecimento da prática de falta grave, sendo medida desproporcional, nos termos do art. 118, I, da Lei n. 7.210/1984, uma vez reconhecida a prática de falta grave, resta autorizada a regressão de regime de cumprimento da pena, **in verbis**:

"Art. 118. A execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado:

I - praticar fato definido como crime doloso ou falta grave;"

A jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que o reconhecimento de falta grave no curso da execução penal autoriza a regressão de regime prisional. De igual modo, impõe a alteração da data-base do prazo para a concessão de benefícios executórios, salvo para fins de livramento condicional (Enunciado sumular n. 441/STJ) e comutação de pena ou indulto (Enunciado sumular n. 535/STJ).

Nesse sentido os seguintes julgados deste Tribunal Superior:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. FUGA DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL. FALTA DISCIPLINAR GRAVE. AFASTAMENTO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA A CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. PERDA DE 1/6 DOS DIAS REMIDOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

2. Tendo em vista o teor da fundamentação apresentada pelas instâncias ordinárias, o afastamento da falta grave praticada pelo ora paciente (art. 50, II, da Lei n. 7.210/84 Lei de Execução Penal - LEP) demanda o reexame de matéria fático-probatória, inadmissível na via estreita do habeas corpus.

3. O cometimento de falta grave pelo apenado (a) importa na alteração da data-base para a concessão de novos benefícios, salvo livramento condicional, indulto e comutação da pena; (b) autoriza a regressão de regime e (c) a revogação de até 1/3 dos dias remidos (art. 127 da LEP).

4. A perda de 1/6 dos dias remidos encontra-se devidamente fundamentada na natureza e nas circunstâncias da infração cometida pelo ora paciente, em consonância com o art. 127 c/c o art. 57 da LEP.

Habeas corpus não conhecido" (HC n. 410.801/RS, Quinta Turma, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, de DJe 16/10/2017).

"PROCESSUAL PENAL E EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. FUGA. FALTA GRAVE. ATIPICIDADE DA CONDUTA. AMPLO REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIABILIDADE. REGRESSÃO DE REGIME. POSSIBILIDADE. MEDIDA PROPORCIONAL ANTE A GRAVIDADE DA FALTA E O PERÍODO FORAGIDO. ALTERAÇÃO

DA DATA-BASE, SALVO LIVRAMENTO CONDICIONAL E INDULTO OU COMUTAÇÃO DE PENA. POSSIBILIDADE. PERDA DE 1/3 DOS DIAS REMIDOS. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. [...]

II - Segundo consignado pelas instâncias ordinárias, o paciente foi considerado foragido entre os dias 2/2/2016 e 9/2/2016. Rever esse entendimento para afastar a fuga demandaria, necessariamente, amplo reexame da matéria fático-probatória, procedimento que, a toda evidência, é incompatível com a estreita via do habeas corpus. Precedentes.

III - Nos termos do art. 118, I, da Lei de Execução Penal, a prática de falta grave autoriza a regressão de regime prisional. Além disso, a regressão ao regime fechado mostra-se proporcional no presente caso, tendo em vista a gravidade da falta cometida (fuga) e o período no qual o paciente permaneceu foragido (sete dias).

IV - O cometimento de falta grave no curso da execução penal autoriza a determinação de perda de até 1/3 dos dias remidos (art. 127 da LEP). In casu, a incidência da fração máxima encontra-se devidamente motivada em elementos concretos, mostrando-se idônea a fundamentação apresentada.

V - A prática de falta grave importa na alteração da data-base do prazo para a concessão de benefícios executórios, salvo para fins de livramento condicional (Súmula 441/STJ), comutação de pena ou indulto (Súmula 535/STJ). Precedentes.

Habeas corpus não conhecido. Contudo, ordem concedida de ofício para que a falta grave praticada pelo paciente em 2/2/2016 não interrompa o lapso temporal para fins de comutação de pena ou indulto, nos termos da Súmula 535/STJ" (HC n. 369.769/RS, **Quinta Turma**, de **minha relatoria**, DJe de 14/03/2017).

"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. PRÁTICA DE FALTA GRAVE. HOMOLOGAÇÃO. REGRESSÃO DE REGIME. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA OBTENÇÃO DE NOVA PROGRESSÃO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

2. Hipótese em que o apenado empreendeu fuga do estabelecimento prisional em 15/6/2014, tendo sido recapturado em 15/7/2014, fato que foi considerado falta disciplinar de natureza grave pela instância ordinária, com aplicação dos

consectários legais.

3. *"A prática de falta grave interrompe o prazo para a progressão de regime, acarretando a modificação da data-base e o início de nova contagem do lapso necessário para o preenchimento do requisito objetivo" (REsp 1.364.192/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JUNIOR, Terceira Seção, DJe 17/9/2014).*

4. *O cometimento de falta disciplinar de natureza grave implica, ainda, a regressão de regime, bem como a perda de até 1/3 (um terço) dos dias remidos, nos termos do art. 127 da Lei de Execução Penal.*

5. *No caso em exame, o Tribunal de origem, de forma fundamentada, reconheceu a prática de falta grave pelo paciente, consubstanciada em fuga do estabelecimento prisional, determinando a regressão de regime e a alteração da data-base para benefício para o dia da recaptura, o que não configura ser desproporcional ou desarrazoado.*

6. *Habeas corpus não conhecido" (HC n. 330.611/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Ribeiro Dantas, DJe de 03/05/2016).*

A Defesa, por fim, insurge contra a fundamentação adotada para a perda de 1/3 (um terço) dos dias remidos. Transcrevo, no ponto, a r. decisão do d. Juízo das Execuções (fl. 80 - grifei):

"A conduta do sentenciado foi apurada através de procedimento administrativo disciplinar sem irregularidades e a sua conclusão está de acordo com a prova produzida e com as disposições legais pertinentes. No mais, os fatos apurados são graves e revelam que o sentenciado ainda não conseguiu conter os seus instintos primitivos diante das eventuais contrariedades da vida.

Ademais, a natureza da falta disciplinar praticada, bem como o histórico prisional do sentenciado determinam a perda de 1/3 (um terço) dos dias declarados remidos anteriormente à data da falta. Sobretudo porque a gravidade da conduta praticada rebaixa o nível de disciplina na unidade prisional, causa instabilidade no ambiente carcerário e, por consequência, prejudica a segurança dos servidores e dos demais detentos.

Frise-se ainda que a aplicação em menor percentual implica em tornar inócuas a nova lei e a sanção decorrente da prática de infração disciplinar."

De sua vez, o eg. Tribunal de origem manifestou-se acerca do tema, nos seguintes termos (fl. 129-130):

"Incogitável, também, limitar em qualquer outro limite a perda do tempo remido, uma vez que a fração adotada pelo MM. Juízo (um terço) está em total obediência aos ditames do artigo 127, da LEP, com redação dada pela Lei nº 12.433/11."

Sobre o tema, o art. 127 da Lei de Execução Penal assim dispõe:

"Art. 127. Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar."

O art. 57 da LEP prevê que *"Na aplicação das sanções disciplinares, levar-se-ão em conta a natureza, os motivos, as circunstâncias e as consequências do fato, bem como a pessoa do faltoso e seu tempo de prisão."*

Este Superior Tribunal de Justiça entende que "[...] a perda dos dias remidos deve respeitar o limite de 1/3, cabendo ao Juízo da Execução fundamentar a fração a ser aplicada em cada caso, com base na natureza, nos motivos, nas circunstâncias e nas consequências do fato, bem como na pessoa do faltoso e em seu tempo de prisão (art. 57 da LEP) [...]" (HC n. 354.145/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Pacionik**, DJe de 26/8/2016, grifei).

Com efeito, a sanção de perda de até 1/3 (um terço) dos dias remidos, em razão da prática de falta grave, exige fundamentação concreta, consoante determina a legislação de regência, que estabelece a observância das diretrizes elencadas no art. 57 da Lei de Execuções Penais.

Dos excertos acima transcritos, observa-se que as instâncias precedentes justificaram adequadamente o **quantum** de perda dos dias remidos aplicado ao caso em exame, considerando a natureza da falta disciplinar praticada, o histórico prisional do sentenciado e a gravidade da conduta, bem como o fato de que gera instabilidade no sistema prisional, prejudicando a segurança, tanto dos demais detentos, quanto dos servidores, de forma que o **decisum** atende ao requisito da motivação suficiente dos pronunciamentos judiciais (art. 93, IX, da CF).

Nesse sentido, colaciono os seguintes arestos, **verbis**:

"PROCESSUAL PENAL E EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. FALTA GRAVE. NOVO DELITO NO CURSO DA EXECUÇÃO. TRÂNSITO EM JULGADO DA CONDENAÇÃO. PRESCINDIBILIDADE. SÚMULA 526/STJ. REGRESSÃO DE REGIME. POSSIBILIDADE. MEDIDA PROPORCIONAL ANTE A GRAVIDADE DA FALTA. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE, SALVO PARA FINS DE LIVRAMENTO CONDICIONAL E INDULTO OU COMUTAÇÃO DE PENA. POSSIBILIDADE. PERDA DE 1/3 DOS DIAS REMIDOS. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. NATUREZA DA CONDUTA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

V - O cometimento de falta grave no curso da execução penal autoriza a determinação de perda de até 1/3 dos dias remidos (art. 127 da LEP). **In casu, a incidência da fração máxima encontra-se devidamente motivada em elementos concretos, notadamente na espécie de falta grave praticada (novo delito durante gozo de saída temporária), mostrando-se idônea a fundamentação apresentada.**

Habeas corpus não conhecido" (HC n. 419.423/RS, Quinta Turma, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe de 1º/2/2018).

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. EXECUÇÃO PENAL. PRÁTICA DE NOVO CRIME (DANO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO) DURANTE O CUMPRIMENTO DA PENA. FALTA GRAVE. PERDA DOS DIAS REMIDOS NO PERCENTUAL MÁXIMO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. Esse entendimento objetivou preservar a utilidade e a eficácia do mandamus, que é o instrumento constitucional mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, garantindo a celeridade que o seu julgamento requer.

2. Consolidou-se nesta Superior Corte de Justiça entendimento no sentido de que **a natureza especialmente grave da falta disciplinar justifica a adoção do percentual máximo de perda dos dias remidos (art. 127 da Lei de Execução Penal - LEP). Precedentes.**

3. *Habeas corpus não conhecido*" (HC n. 429.617/SC, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 27/2/2018).

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. NULIDADE DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE ARGUIÇÃO NO MOMENTO OPORTUNO. PRECLUSÃO. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. ART. 563 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. APENADO INTERROGADO NA PRESENÇA DE DEFENSOR PÚBLICO. SÚMULA 533/STJ. PRÉVIA OITIVA JUDICIAL. PRESCINDIBILIDADE. OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. ABSOLVIÇÃO/DESCCLASSIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO GRAVE. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIABILIDADE DA ANÁLISE EM SEDE DE HABEAS CORPUS. PERDA DE ATÉ 1/3 DIAS REMIDOS. FUNDAMENTAÇÃO DEVIDA. ILEGALIDADE NÃO VERIFICADA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

[...]

6. *Segundo reiterada jurisprudência desta Corte, a perda de até 1/3 dos dias remidos, em razão da falta grave, exige fundamentação concreta, consoante determina a própria legislação de regência, que estabelece a observância das diretrizes elencadas no art. 57 da LEP. Precedentes.*

7. *No caso, a perda de 1/3 dos dias remidos foi devidamente fundamentada, não se verificando, portanto, nenhuma ilegalidade imposta ao agravante, apta a autorizar a concessão da ordem, de ofício.*

8. *Agravo regimental não provido*" (AgRg no HC n. 352.132/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe de 22/6/2017).

Desta forma, conclui-se que as decisões das instâncias ordinárias estão devidamente fundamentadas e de acordo com o entendimento sedimentado nesta Corte a respeito da matéria, não se vislumbrando, portanto, a existência de flagrante ilegalidade passível de ser sanada pela concessão da ordem de ofício.

Ante o exposto, **não conheço do habeas corpus.**

P. I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator